

## ATA NÚMERO 7/XIII/1.ª SL

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte: Audiência ao Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado (conjunta com a 8.ª Comissão);

II Parte:

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
3. Apreciação da proposta de cartão verde, da iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus da Letónia, no contexto da revisão da Diretiva sobre Serviços de Comunicação Social Audiovisual (Diretiva 2010/13);
4. Mandato e prazo do Grupo de Trabalho do Desporto;
5. Reuniões da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares;
6. Outros assuntos.

---

### **I Parte: Audiência ao Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado (conjunta com a Comissão de Educação e Ciência);**

Os Senhores Presidentes das Comissões de Educação e Ciência e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto apresentaram as boas-vindas aos representantes do Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado, que começaram por agradecer a concessão da audiência e apresentaram, seguidamente, os fundamentos que justificaram o pedido e que, em síntese, se apresentam:

- Têm-se registado, desde há alguns anos, atrasos sucessivos nos pagamentos às Escolas do Ensino Artístico Especializado da Música, Dança e Artes Visuais, sendo que este ano não é exceção;
- A maioria destas Escolas não recebeu, até à data, qualquer verba relativa aos Contratos de Patrocínio 2015-2016, o que segundo a Portaria n.º 224-A/2015, deveria ter acontecido até 15 de outubro, a 1.ª tranche, e até 30 de novembro, a 2.ª tranche (40 % do financiamento previsto para este ano letivo);

- A situação assume um carácter mais grave nas Escolas que até ao ano letivo transato eram financiadas pelos Fundos Comunitários, visto existirem ainda processos por encerrar, o que significa que muitos professores e funcionários não docentes têm vários meses de salários em atraso;
- As Escolas não dispõem de qualquer informação, por parte dos serviços competentes (DGEstE), relativamente à resolução desta situação, que está a atingir proporções dramáticas, tendo em conta a falta de liquidez destas escolas: há salários em atraso que atingem, em alguns casos, os 11 meses, suspensão de inúmeros contratos de trabalho e incumprimento perante as Finanças, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e fornecedores;
- Os processos foram enviados para o Tribunal de Contas apenas a 11 de novembro e sem estarem devidamente munidos de toda a documentação necessária para a sua aprovação, o que implicou a sua devolução às respetivas DGEstE.

Terminaram, referindo que apenas 12 das 115 escolas receberam financiamento a que tinham direito e afirmaram não compreender os critérios para o envio para o Tribunal de Contas de apenas alguns processos e não de outros.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD), que destacou o trabalho que tem vindo a ser levado a cabo pelo Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado e fez ainda referência à ação do anterior Governo neste âmbito, no sentido de uma maior transparência, através da abertura de concursos, de maior equidade e ainda de uma maior estabilidade, nomeadamente através do financiamento plurianual.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse lamentar a situação em que se encontram estas escolas, que se arrasta já há vários anos e que afeta um conjunto alargado de profissionais. Considerou que o modelo de financiamento não se encontra ajustado a este sistema e terminou, referindo que o atual Ministro da Educação e Ciência avocou esta matéria para o seu gabinete, pelo que se espera uma resolução tão breve quanto possível do problema.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) atribuiu a responsabilidade do problema ao anterior Governo que, ano após ano, incorreu nos mesmos erros, tendo questionado se não haveria a intenção de destruição deste tipo de ensino. Concluiu, defendendo que o modelo vigente, embora errado, deve ser cumprido, e quanto antes, de forma a minorar os efeitos dos atrasos.

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP) dirigiu uma palavra de reconhecimento aos representantes do Movimento ali presentes, pelo trabalho que vêm desenvolvendo, considerando que o Estado não tem estado bem na forma como tem tratado o ensino artístico especializado, em particular no que se refere ao financiamento. Defendeu, por último, a necessidade de gizar uma nova forma de financiamento, pelo que solicitou uma proposta que possa ajudar a ultrapassar estes constrangimentos.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) considerou inconcebível a situação exposta e lembrou as várias iniciativas apresentadas pelo PCP neste âmbito, na anterior e na presente Legislatura, afirmando que o PCP estará atento e intervirá sempre no sentido de resolver este problema.

Na segunda ronda, interveio a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), que lamentou o incumprimento reiterado, por parte do Estado, das regras estabelecidas para as Escolas do Ensino Artístico Especializado, no que se refere aos pagamentos, e disse ser inaceitável que a tutela responsabilize sistematicamente os serviços pelos sucessivos

atrasos. Terminou, fazendo alusão às diligências tomadas no sentido da resolução do problema e defendendo que a qualidade das escolas e da formação deve ser incluída nos critérios de financiamento.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) lembrou que o que está em causa, neste momento, não é o modelo de financiamento, mas o atraso nas transferências das verbas para as escolas. Considerou ainda que se trata de um problema de cariz político e não administrativo, uma vez que se tem verificado um desinvestimento sucessivo no ensino artístico.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) lembrou que a situação piorou com o anterior Governo e fez referência ao Projeto de Resolução apresentado pelo PCP, que recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade. Terminou, manifestando a solidariedade do PCP relativamente a esta matéria.

Em resposta às intervenções, os representantes do Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado afirmaram não existir igualdade, visto que as escolas recebem o mesmo financiamento, independentemente da posição na carreira em que se encontra o seu corpo docente. Consideram ainda que os concursos não conferem transparência a este sistema e que não existe estabilidade, uma vez que se registam despedimentos e redução de horários.

Terminaram, afirmando que urge repensar, não apenas o modelo de financiamento, mas o que se pretende para o ensino artístico especializado, nomeadamente no que concerne à rede de escolas, às metas, currículos e carreiras. Defenderam, por último, que o Estado deve assumir o seu papel de regulador e fiscalizador.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, pode ser consultada na [página da Comissão](#).

## **II Parte:**

### **1. Informações;**

- 1.1. A Senhora Presidente transmitiu algumas informações que resultaram da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, nomeadamente no que se refere aos relatórios de progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação e ainda sobre o relatório das informações que obrigatoriamente devem ser prestadas à Assembleia da República. Referiu também que teceu elogios, na referida reunião, ao trabalho desenvolvido pela equipa de apoio à 12.<sup>a</sup> Comissão, em especial pela forma eficiente como tem preparado os trabalhos da Comissão.
- 1.2. Deu ainda conta de que foi distribuído o Relatório de Atividade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) relativo aos meses de agosto, setembro e outubro de 2015 e o Relatório de acompanhamento da Observância do Princípio do Pluralismo Político (informação televisiva diária e não diária), relativo a 2014, e ainda o parecer do Conselho de Opinião da RTP ao Plano de Atividades, de Investimentos e Orçamento para 2016.

A este propósito, interveio a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), para propor a audição do Conselho de Opinião da RTP na Comissão, nomeadamente para proceder à apresentação do parecer. Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados Sara Madrugada da Costa (PSD) e Jorge Campos (BE), que manifestaram a sua concordância em relação a esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

- 1.3. A Senhora Presidente fez ainda referência à missiva que a Organização Geral dos Amantes da Eurovisão (OGAE) dirigiu à Comissão, solicitando a sua intervenção relativamente à decisão da RTP de não participação de Portugal no Festival Eurovisão da Canção de 2016, não se tendo registado quaisquer intervenções sobre esta questão.

**2. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;**

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade.

**3. Apreciação da proposta de cartão verde, da iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus da Letónia, no contexto da revisão da Diretiva sobre Serviços de Comunicação Social Audiovisual (Diretiva 2010/13);**

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) considerou que a proposta apresentada pela Comissão de Assuntos Europeus da Letónia suscita algumas dúvidas, no que concerne à limitação de direitos fundamentais, pese embora algumas das preocupações expostas sejam comuns. Lembrou ainda que a maioria dos países europeus tem já previstas, nas suas Constituições, normas claras que impedem a difusão de mensagens que desrespeitem os direitos fundamentais.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) considerou que o teor da proposta constitui motivo de alguma apreensão, pelo modo como está formulada, pelo que sugeriu o adiamento da apreciação deste ponto para a próxima reunião da Comissão, para permitir uma maior ponderação, por parte da Comissão, sobre este assunto.

Nesta sequência, foi decidido adiar este ponto para a reunião seguinte da Comissão, tendo a Senhora Presidente mencionado que, nessa altura, a Comissão deverá avaliar da necessidade e do interesse de se pronunciar em relação à proposta.

**4. Mandato e prazo do Grupo de Trabalho do Desporto;**

A Senhora Presidente deu conhecimento da composição do Grupo de Trabalho (GT) do Desporto e propôs que o GT reúna e apresente uma proposta de mandato, o que foi aceite por todos.

**5. Reuniões da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares;**

A Senhora Presidente referiu-se à necessidade de fixar a data e periodicidade das reuniões da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, tendo proposto que as reuniões ocorram de 15 em 15 dias, com exceção dos casos em que não se justifique.

Após as intervenções dos Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Sara Madruga da Costa (PSD) e Diana Ferreira (PCP), foi deliberado que as reuniões de Mesa e Coordenadores terão lugar às terças-feiras, às 14h30, de 15 em 15 dias, salvo quando não se justifique.

Por solicitação da Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), foi decidido que a Ordem do Dia das reuniões será remetida aos Senhores Deputados na quinta-feira anterior, se possível da parte da manhã.

## **6. Outros assuntos.**

6.1. A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) propôs o agendamento das visitas aos teatros nacionais, previstas no Plano de Atividades, sugerindo começar pelos de Lisboa.

Assim, foi deliberado proceder ao agendamento das visitas, tendo sido consensualizado que as mesmas deverão ocorrer às terças-feiras à tarde ou quartas-feiras da parte da manhã. Por proposta da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), foi ainda acordado que as visitas fora do distrito de Lisboa serão agendadas para a segunda-feira.

6.2. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) dirigiu, em nome próprio e em nome do Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, um convite aos Deputados da Comissão para assistirem à final da taça da Liga de Futsal, que ali decorre nos dias 7, 9 e 10 de janeiro.

A reunião foi encerrada às 18:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 dezembro 2015

**A PRESIDENTE**

**(EDITE ESTRELA)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Cardoso  
Carla Sousa  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Helga Correia  
Inês de Medeiros  
Joana Barata Lopes  
João Azevedo Castro  
João Torres  
Jorge Campos  
Luís Monteiro  
Norberto Patinho  
Palmira Maciel  
Pedro do Ó Ramos  
Pedro Pimpão  
Sara Madruga da Costa  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro  
Ana Virgínia Pereira  
Joel Sá  
Maria Augusta Santos  
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira  
João Pinho de Almeida